



1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da**
2 **Criança e do Adolescente (CMDCA) de Santos**, realizada no dia 14 de novembro de
3 2024, com início às 9 horas e 14 minutos, na Praça Mauá s/nº – Paço Municipal – 5º
4 andar – Centro – Santos/SP. Participantes: verificação de presenças e justificativas de
5 ausências conforme listas anexas. O Presidente Sr. Filipe Rezende deu início a reunião,
6 dando boas-vindas aos presentes e coloca em pauta os itens a serem discutidos,
7 conforme publicação em Diário Oficial. **1) Apreciação e Deliberação da ata da**
8 **Assembleia anterior; 2) Relatos da Diretoria Executiva; 3) Apresentação – Linha**
9 **do Tempo da CMPETI; 4) Apreciação e Deliberação acerca da solicitação de**
10 **revalidação das OSC's CIEE e ABEC; 5) Apreciação e Deliberação acerca da**
11 **ampliação dos recursos destinados a participação de Conselheiros e Adolescentes**
12 **no evento de Educomunicação; 6) Apreciação e Deliberação acerca da utilização**
13 **de recursos para manutenção do ônibus do CMDCA; 7) Apreciação e Deliberação**
14 **acerca da prorrogação dos projetos Sabor Solidário (UACEP) e Protagonismo**
15 **Infanto Juvenil (CONCIDADANIA); 8) Deliberação acerca da eleição da Gestão**
16 **2025/2027 do CMDCA; 9) Relatos das Câmaras Setoriais; 10) Relatos das**
17 **Comissões, Conselhos e Comitês; 11) Assuntos Gerais. Item 1 – Apreciação e**
18 **deliberação da ata da Assembleia anterior.** As atas das Assembleias de setembro e
19 outubro não foram submetidas à plenária para deliberação, tendo em vista não terem
20 sido entregues à Casa dos Conselhos. Sendo assim, será solicitado aos responsáveis pela
21 Secretaria Executiva nos respectivos meses para que encaminhem o documento para
22 aprovação na próxima Assembleia. **Item 2 – Relatos da Diretoria Executiva.** Os
23 relatos da Diretoria Executiva iniciaram com a fala do Sr. Presidente acerca da morte do
24 menino Ryan, de 4 anos, após ser atingido por um disparo de arma de fogo. Em sua fala,
25 o Presidente entende que a sociedade falhou como um todo nesse caso. Falhou o
26 Conselho que não cobrou Política Pública, falhou a Prefeitura, o Estado, a União, a
27 comunidade, todos. É uma culpa compartilhada, entendendo desta forma que é
28 necessário posicionamento deste Conselho perante este caso de modo que não fiquemos
29 omissos ao acontecido. É importante a cobrança sobre a Segurança Pública do Estado de
30 SP na responsabilização e falta de oportunidades. Dando sequência aos relatos, Wilson
31 nos traz informações sobre os pedidos de registros no CMDCA que temos tido nos
32 últimos 3 meses e que foram negados infelizmente por conta da falta de documentação.
33 No momento da visitação na entidade foi constatado que, apesar de não ser um documento
34 que é solicitado pelo Conselho, foi verificado que as instituições não possuíam AVCB,
35 sendo constatadas algumas situações como falta de indicação de saída nos locais, sem
36 extintor de incêndio, etc. Necessário retomar as discussões sobre os registros e



37 validações deste Conselho para verificar como ajudar essas instituições a estarem mais
38 próximas, pois muitas delas fazem trabalhos nas comunidades e acessam locais que
39 muitas vezes o Executivo nem “alcança”. Dando sequência, Presidente informa acerca
40 das eleições da sociedade civil deste Conselho para a próxima gestão, relatando que foi
41 aberto pela Promotoria uma Portaria de Procedimento Administrativo de
42 Acompanhamento, a fim de acompanhar e fiscalizar a eleição das entidades habilitadas
43 da sociedade civil para o biênio 2025/2027. Informa que a Diretoria Executiva provocou
44 o MP no sentido de preocupação, tendo em vista a inércia do Fórum, e com o fim do
45 mandato há a parada do Conselho, e com essa parada ocorre a parada de pagamentos,
46 de projetos, de Políticas Públicas dentre outras coisas. Dr^a Nelisa agendou uma reunião
47 com o Presidente para o próximo dia 18 para ver quais serão os encaminhamentos. Por
48 fim, Wilson informa que para o mês de dezembro teremos 3 encontros, sendo a AGO
49 para o dia 05/12, uma extraordinária prevista para ocorrer dia 12/12 e o encontro entre
50 todos os Conselhos dia 13/12. Por solicitação da Sr.^a Vice-Presidente e com aval da
51 Assembleia, houve alteração da ordem de pauta. **Item 7 – Apreciação e Deliberação**
52 **acerca da prorrogação dos projetos Sabor Solidário (UACEP) e Protagonismo**
53 **Infanto Juvenil (CONCIDADANIA).** Presidente traz um breve histórico acerca do
54 lançamento do Edital de credenciamento nº 01/2024-SEMULHER/FMDCA e dos
55 projetos que já existiam do edital anterior (Edital de credenciamento nº 001/2022-
56 SEGOV/FMDCA). Novo edital publicado em 28/10 já contempla todos os eixos
57 unificados. Em paralelo a isso, abrimos um processo administrativo pela Prefeitura para
58 questionar e solicitar uma análise jurídica da Procuradoria acerca do Edital 001/2022 do
59 CMDCA, e tivemos um parecer e entendimento da mesma de que houve um erro
60 material, uma vez que no texto do Edital contemplava que poderia haver a renovação
61 do projeto por 36 meses, apesar do texto do contrato do fomento restringir a apenas 24
62 meses. Para sanar esta lacuna lançamos esses eixos no Novo edital de 2024, e em
63 paralelo tramitaremos esse processo na Procuradoria buscando esta prorrogação por
64 mais 12 meses, completando assim os 36 meses. Colocado em votação pela Plenária,
65 aprovada o deliberado por unanimidade. **Item 3 – Apresentação – Linha do Tempo da**
66 **COMPETI.** A apresentação se inicia com a fala da Tais, socióloga, técnica de referência
67 das ações estratégicas do PETI, que é um grupo de erradicação do trabalho infantil. A
68 temática de hoje é apresentação dos dados sobre o trabalho infantil pela Secretaria de
69 Desenvolvimento Social. Tais traz um panorama acerca do trabalho infantil identificado
70 no Município de Santos, explanando sobre o mapeamento geral do serviço realizado,
71 pontuando as principais características das práticas identificadas e explicando quais são
72 os encaminhamentos dentro do serviço de Proteção. **Item 4 – Apreciação e**



73 **Deliberação acerca da solicitação de revalidação das OSC's CIEE e ABEC.** Wilson
74 informa que as duas instituições estão com a documentação em dia. Talita, assistente
75 social e representante da ABEC “Lar Feliz” informa que atende 152 crianças em período
76 integral e faz um convite para o evento cultural das crianças a ser realizado dia 23/11.
77 Luciene, consultora da baixada santista e representante do CIEE, contextualiza o
78 trabalho realizado pela entidade com jovens e adolescentes, informando que na área de
79 capacitação atende uma média de 500 jovens entre Santos e Guarujá. Aprovada as
80 revalidações por unanimidade pela plenária. **Item 5 – Apreciação e Deliberação acerca**
81 **da ampliação dos recursos destinados a participação de Conselheiros e**
82 **Adolescentes no evento de Educomunicação.** Presidente informa que o DEARTI,
83 através da Seção dos Fundos Municipais, conseguiu viabilizar a ida dos jovens e
84 adolescentes do Projeto para Brasília através da Ata da PMS, conforme aprovado
85 anteriormente por esta Plenária. Porém, quando se opta pela ata, obviamente a ata de
86 registro de preços acaba saindo mais cara por conta da oscilação do mercado de preço e
87 da projeção do período de vigência da ata, sejam ele 1 ou 2 anos. Com isso, houve uma
88 diferença de valores entre o aprovado na última assembleia para a realização da viagem
89 e o orçamento final. Tínhamos aprovado R\$ 26.000,00 e estamos solicitando um
90 aumento para R\$ 60.000,00. Presidente informa que não se sabe se gastará o dinheiro
91 todo, mas é necessário provisionar essa margem de segurança. Esse valor anteriormente
92 apresentado de 26 mil eram valores apresentados numa pesquisa de preço que a própria
93 DEVIR EDUCOM apresentou para o Conselho, que é totalmente fora da realidade da
94 Prefeitura. Com isso, é necessário fazer esse reajuste. Com essa compra foi possível
95 fornecer a ida e volta, estadia e parte da alimentação. Nosso Fundo tem quase 6 milhões
96 em caixa, com previsão de gastar 3.3 milhões no próximo edital e uma perspectiva de
97 arrecadar através da Vara da Infância pelo menos 1.5 milhões através de multas, ou seja,
98 temos respaldo financeiro para deliberar esse valor. Além dos jovens do projeto, temos
99 que cumprir um rito e escolher 2 conselheiros deste CMDCA para participar deste curso.
100 Selecionados: Maria Fernanda Portolani e Christiane Andréa. Colocado em votação pela
101 Plenária a ampliação dos recursos para R\$ 60.000,00, aprovada o deliberado por
102 unanimidade. **Item 6 – Apreciação e Deliberação acerca da utilização de recursos**
103 **para manutenção do ônibus do CMDCA.** O ônibus do CMDCA nunca foi tão
104 utilizado como tem sido agora. O DEARTI tem viabilizado diversas viagens, passeios,
105 atividades e mobilizado motoristas para agendamento do solicitado pelas entidades,
106 serviços e outras Secretarias. Sendo assim, diante do apresentado, gastar um dinheiro
107 para manutenção do ônibus é bem plausível, uma vez que a segurança das nossas
108 crianças e adolescentes vem em primeiro lugar. Após vistoria realizada pela garagem,



109 elencaram uma listagem de serviços que precisarão serem realizados no ônibus através
110 de ata da PMS, sendo eles, troca de palhetas do limpador, filtro de óleo, filtro de
111 combustível, filtro de ignição hidráulica, filtro de ar, óleo de motor, bomba auxiliar de
112 combustível, pneus e macaco. Vice-Presidente ressalta a importância da realização de
113 manutenção no ônibus, tendo em vista que, uma vez que ela não é feita, o ônibus fica
114 sucateado e sem uso, e quando vender não será revertido nada de dinheiro ao Fundo
115 Municipal. Presidente sugere deliberar cerca de R\$ 40.000,00 para realização dessa
116 manutenção. Posteriormente Presidente trará uma prestação de contas relativo a tudo
117 que foi gasto. Colocado em votação pela Plenária a deliberação de R\$ 40.000,00 de
118 recursos para manutenção, aprovado o deliberado por unanimidade. **Item 8 –**
119 **Deliberação acerca da eleição da Gestão 2025/2027 do CMDCA.** Conforme
120 explicado pelo Presidente anteriormente nos relatos da Diretoria Executiva, após
121 reunião entre Ministério Público e CMDCA, o Presidente entende que é salutar adiar
122 qualquer medida drástica a ser tomada neste momento para o mês de dezembro e
123 aguardar o parecer do MP e a reunião do Fórum que acontecerá dia 18. Após esses
124 acontecimentos, conseguiremos então ter uma posição mais clara e poderemos nos
125 posicionar enquanto Conselho. **Item 9 – Relatos das Câmaras Setoriais. Câmara de**
126 **Planejamento:** O Coordenador Marcelo Roman inicia a fala relatando reunião que
127 ocorreu com representantes de outros Conselhos, sendo eles o COMMULHER,
128 Igualdade racial e CONDEFI, estando ausente apenas representante do CONLGBT.
129 Essa reunião tinha o intuito de definição de eixos para um novo edital em abrangesse
130 temas e demandas vinculadas com esses Conselhos. Marcelo fez uma leitura da proposta
131 dos 4 eixos apresentados para este próximo edital. Presidente relembra que, para que
132 haja aprovação dos eixos para um novo edital, é necessário que exista uma conversa
133 com a Câmara Financeira para que haja uma definição de valores. **Câmara de**
134 **Legislação:** Coordenador Vinicius informa da necessidade da reabertura do processo de
135 alteração da Lei do Conselho Tutelar. **Câmara Financeira:** Conselheiro Fábio justifica
136 a ausência do coordenador em viagem a trabalho, e informa que o saldo atual do
137 FMDCA é de R\$ 5.703.272,57. Informa que a câmara financeira sempre se reúne
138 sistematicamente para deliberar acerca de alguma coisa, seja glosa ou pendência.
139 **Câmara de Relações Públicas:** ausente, sem relatos. **Item 10 – Relatos das**
140 **Comissões, Conselhos e Comitês:** CEVISS – Coordenadora Christiane Andrea inicia
141 sua fala trazendo devolutivas 1 – Palestra – Seção de Vigilância de Mortalidade Materno
142 Infantil – DEVIG – Secretaria da Saúde. Estiveram presentes as Enfermeiras Eliane e
143 Katia, bem como o Chefe da Seção Sr. Thiago, para apresentar as atribuições e os
144 objetivos da Seção e ressaltar a importância do trabalho desenvolvido para a redução da



145 mortalidade materno infantil no município. 2 – Atendendo a Lei Municipal nº 2.981 de
146 10 de abril de 2014 que dispõe sobre a instituição da “Campanha permanente de
147 orientação, prevenção e combate a todo tipo de abuso e à exploração sexual de crianças
148 e adolescentes” instituída no município de Santos, tentaram realizar uma ação com
149 crianças na Vila Criativa - “Brincando também se protege”, mas por questões
150 burocráticas de disponibilidade de verbas destinadas a pipoca e algodão doce, tiveram
151 que cancelar este evento. Conseguiram levar uma oficina no CAMPS – Cine Pipoca:
152 discutindo sobre a prevenção na adolescência, atendendo mais de 350 adolescentes e
153 jovens nesta ação. 3 – A Comissão traz uma provocação de que o CMDCA convoque o
154 grupo que esta frente do NIA-CA para trazer informações do projeto que foi entregue a
155 promotora de Justiça, assim como tudo o que está sendo planejado e desenhado no NIA.
156 Lembrando que a CEVISS não foi convidada a fazer parte destas discussões.
157 Encaminhamento: Oficiar pelo CMDCA ao NIA-CA através da Casa dos Conselhos
158 para que seja apresentado o planejamento que foi entregue ao Ministério Público, e
159 questione também as alterações que foram realizadas em sua composição, com ciência
160 via Diário Oficial, sem a comunicação prévia do CMDCA, alteração essa que impacta
161 o Conselho, logo ele deveria ter se pronunciado anteriormente. CM-PETI – Tais informa
162 da reunião da comissão realizada em 31.10 cuja pauta foi a organização do projeto
163 cumprindo a cota que é um projeto de formação, de preparação dos jovens do mundo
164 do trabalho, encaminhados pela Assistência Social, e traz a devolutiva da realização do
165 evento. Os jovens gostaram muito de participar, e na sequência terá uma ação com a
166 Gerência Regional do Trabalho no qual eles serão certificados. CONSELHO
167 TUTELAR – Pelo Conselho Tutelar da Zona Leste, a Conselheira Alzira traz como
168 relato uma imersão realizada pela base da zona leste num curso de formação de
169 conselheiros tutelares, e um assunto muito tratado foi a Lei Henry Borel, um assunto
170 importante, haja vista que é necessário que seja estabelecido no município alguns
171 protocolos para conseguir fazer a aplicação dessa Lei. A lei está posta, mas não se sabe
172 como aplicar, porque não existe um fluxograma entre a rede de serviços. Outro ponto
173 abordado pela conselheira é acerca da formação. O curso realizado pelo CMDCA em
174 parceria com o SENAC foi interrompido, mas é necessário que se retome um processo
175 de formação. Por fim, a conselheira fez um relato pessoal enquanto moradora da
176 comunidade do Morro do São Bento acerca do fatídico ocorrido, e da manifestação
177 ocorrida no Morro pedindo por justiça. Encaminhamento: 1. Que a Casa dos Conselho
178 officie enquanto CMDCA à Ouvidoria da Polícia para saber acerca da apuração do que
179 de fato ocorreu naquele dia, se há responsabilizados ou indiciados. Questionar acerca
180 das operações que vem sendo feitas nas comunidades de Santos e se as mesmas serão



181 intensificadas; 2. Moção de repúdio a essas operações que são descoordenadas e
182 desorganizadas que acabam vitimando crianças e adolescentes. Pelo Conselho Tutelar
183 da Zona Noroeste, a Conselheira Danielle traz como relatos alguns pontos, sendo eles:
184 1. Pauta de reunião do colegiado da base da zona noroeste o atendimento da família que
185 foi vitimada com essa abordagem no Morro; 2. Dificuldade de acesso ao SIPIA por
186 conta de alteração da metodologia de acesso ao sistema; 3. Implementação da
187 metodologia do Programa Elos. As escolas contempladas só são do centro e da leste. A
188 zona noroeste foi excluída, será questionado o motivo. Presidente aproveita o momento
189 para tocar no assunto de que é necessário voltar a discussão no Conselho acerca da 4ª
190 base do Conselho Tutelar no município, que seria o Morro. É necessário retomar essa
191 discussão, ainda mais que temos uma proposta de alteração de Lei. É importante para
192 embasar essa indicação de localização a busca de dados de atendimento nos Morros,
193 tendo em vista que as 3 bases atuais do Conselho Tutelar do município atendem Morros.
194 Tal dado é importante para sustentar esse ponto de vista para a base no território dos
195 Morros e para que possa trazer essa discussão para o CMDCA. Pelo Conselho Tutelar
196 da Zona Central, a Conselheira Luana traz como relatos alguns pontos, sendo eles: 1.
197 Dificuldade de acesso ao SIPIA tendo em vista a falta de capacitação ao sistema; 2.
198 Solicitação de cadeirinhas para atender os veículos que atendem as bases dos CT's; 3.
199 COMINQ – solicitação de reunião, considerando as solicitações documentais sigilosas
200 que são realizadas aos Conselheiros Tutelares; 4. DDM sem delegada de plantão noturno
201 (na especializada). DDM funciona 24h, mas somente com uma escritã. Quem define a
202 natureza do crime é o delegado que está no 7º DP e não o a delegada especializada em
203 criança e adolescente. **Item 11 – Assuntos Gerais.** Presidente solicitou a apresentação
204 do vídeo que foi apresentado no 2º seminário da Primeira Infância e falou do sucesso
205 que foi o evento. Sem mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a
206 reunião às 11 horas e 53 minutos e eu, Fernanda dos Santos Pereira, Primeira Secretária,
207 lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Santos, 14 de
208 novembro de 2024.

209

210

211

212 **Filipe Augusto Rezende**

Fernanda dos Santos Pereira

213 **Presidente**

1ª Secretária

214